



REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se
Publique - se
O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Considerando que:

No dia 20 de fevereiro p.p., o deputado abaixo-assinado enviou ao Senhor Ministro do Ambiente e Ação Climática uma pergunta sobre “Recuperação do litoral no distrito de Aveiro”, sem que, até à data, tivesse chegado ao Grupo Parlamentar do CDS-PP qualquer resposta.

De acordo com o disposto no artigo 156.º, alínea d) da Constituição, e as normas regimentais aplicáveis, nomeadamente o artigo 229.º do Regimento da Assembleia da República, terminou já o prazo de 30 dias fixado como limite para resposta.

O deputado abaixo-assinado vem, deste modo, submeter novamente as perguntas então formuladas, assim como os respetivos considerandos, aguardando resposta no prazo fixado pela lei:

«No dia 6 de março de 2017, o CDS questionou o Senhor Ministro do Ambiente sobre a recuperação do litoral no distrito de Aveiro [Pergunta 3456/XIII/2.^a].

Na altura, os deputados do CDS questionaram, entre outros:

- «Qual o motivo pelo qual ainda não foram iniciadas as obras anunciadas para o litoral do distrito de Aveiro, nomeadamente nas praias de Esmoriz, Cortegaça e Furadouro, concelho de Ovar?»;
- «Qual o teor do projeto e que garantias é que o mesmo apresenta de dar resposta consolidada e efetiva à proteção desta área da orla costeira do distrito de Aveiro?»;
- «Qual é a data prevista para o arranque da obra?».

Na resposta, datada de 18 de abril de 2017, o Gabinete do Senhor Ministro do Ambiente afirma,

entre outros, e citamos, que:

- «Reconstituição dunar a Norte da Praia do Furadouro e a Sul do Furadouro – Torrão do Lameiro, no conselho de Ovar: Intervenção inserida em candidatura ao POSEUR já aprovada e em fase de lançamento de concurso público».

Três anos depois desta resposta, numa visita efetuada ao terreno, no passado fim de semana, o CDS pode constatar, in loco, a demora na concretização das obras de defesa costeira no Furadouro, em Ovar, sendo também preocupante a aproximação do mar sobre o antigo aterro de Maceda.

É com preocupação que o CDS constata que três anos e vários anúncios depois, continua a não haver qualquer obra feita no terreno e que a população do Furadouro continua a viver problemas constantes causados pela invasão das águas em zonas residenciais e de comércio.

Além destas obras, o CDS pode verificar que as águas estão cada vez mais próximas do antigo aterro de Maceda, algo que, a acontecer, poderá significar um desastre ambiental.

A possibilidade de as águas chegarem ao antigo aterro e levarem para o mar o lixo ali depositado deve ser uma preocupação para o Ministério do Ambiente e Ação Climática.

O Litoral português apresenta um valor natural, económico e cultural ímpar, cuja importância é amplamente reconhecida, mas inverter os problemas que o assolam é difícil, uma vez que a sua regeneração é um processo complexo e demorado.

A recuperação do Litoral português deve ser encarada como um desígnio nacional, e concretizada através de uma gestão baseada no conhecimento, na identificação das causas, no reconhecimento da respetiva dinâmica e intervindo a favor da natureza.

Por isso, o CDS entende ser pertinente obter explicações por parte do Senhor Ministro.»

Assim:

Tendo em conta o disposto no artigo 156.º, alínea d) da Constituição, e as normas regimentais aplicáveis, nomeadamente o artigo 229.º do Regimento da Assembleia da República, cujo n.º 3 fixa em 30 dias o limite do prazo para resposta;

O Deputado do CDS-PP, abaixo-assinado, vem por este meio requerer ao Senhor Ministro do Ambiente e Ação Climática, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem, respostas às seguintes perguntas:

1. Qual o motivo pelo qual, três anos passados, ainda não foram concretizadas as obras anunciadas para o litoral do distrito de Aveiro, nomeadamente na praia do Furadouro, concelho de Ovar?

2. Que garantias pode V. Exa. dar à população desta área da orla costeira do distrito de Aveiro que no próximo inverno terão este problema resolvido?

3. Qual é a data prevista para a realização das obras?

4. Qual é a data prevista para a conclusão das obras?

Palácio de São Bento, 12 de junho de 2020

Deputado(a)s

JOÃO PINHO DE ALMEIDA(CDS-PP)